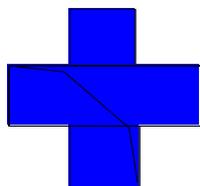




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CES-MT

1 **Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze**, às quatorze horas e trinta minutos,
2 no Hotel Fazenda Mato Grosso, em Cuiabá/MT deu início à **centésima nonagésima terceira**
3 **reunião ordinária** do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso. Devido à ausência, por motivo
4 de viagem do **Presidente do Conselho, o Sr. Pedro Henry Neto, o Vice Presidente do CES, o Sr.**
5 **Carlos Alberto Eilert deu início a reunião**, fez os devidos cumprimentos e após a conferência de
6 quorum, com vinte e um conselheiros presentes deu início a reunião. Em seguida, **o Presidente** deu
7 início a **Apreciação e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Mês de Julho de 2011 – 06/07/11**,
8 que foi aprovada com a maioria dos votos e apenas 1 abstenção, colocou também em **Apreciação e**
9 **aprovação a Ata da Reunião Extraordinária do Mês de Julho de 2011 – 27/07/11**, que foi aprovada
10 com a maioria dos votos e apenas 1 abstenção, colocou também em **Apreciação e aprovação a Ata**
11 **da Reunião Ordinária do Mês de Agosto de 2011 – 03/08/11**, que foi aprovada com a maioria dos
12 votos e apenas 1 abstenção e 1 objeção do conselheiro Orlando com relação à linha 25. Após a
13 **Apreciação e aprovação das Atas, o Presidente** passou para a próxima Pauta. **Pauta 3.1 –**
14 **Apresentação, discussão e encaminhamentos sobre o Plano pedagógico da Escola de Saúde**
15 **Pública – ESP: - Corpo Docente, Cursos e Capacitações em andamento**, apresentada pela
16 técnica Ana Carolina. Iniciou destacando: perfil institucional, missão, objetivos, princípio
17 filosófico, proposta pedagógica, plano pedagógico institucional – PDI, corpo docente, atividades
18 previstas no PTA 2011, Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, Coordenadoria de
19 Formação Técnica. Em seguida, **o conselheiro Edvande destacou**: eu que solicitei esse ponto de
20 pauta, e o que me motivou a essa solicitação foi à questão do mau gerenciamento dos Hospitais
21 Regionais, muito recurso e pouca resolutividade em relação da produtividade que eles colocaram. A
22 Escola de Saúde Pública sem excelência, ficava me perguntando assim: por que nós não tivemos
23 durante esse tempo todo um curso de gerenciamento e gestão pública e gerenciamento hospitalar
24 para esses hospitais? alguma coisa eu via incompatível com a realidade, por isso fiz essa solicitação.
25 Na sequência, **o conselheiro Carlos Eilert indagou**: os recursos da Escola de Saúde Pública foram
26 retirados? A OSCIP que foi contratada continua lá dentro ainda, ou ela já saiu porque foi contratada
27 emergencialmente em função das eleições para o governo do Estado? Em seguida, **o conselheiro**
28 **Orlando destacou**: quais as dificuldades de avaliação dessa formação? Na sequência, **a técnica da**
29 **SES Conceição destacou**: a ESP tem um grupo de profissionais especializados na área de formação
30 e qualificação. Há muita especificidade, então não teria condição dela manter um corpo docente
31 fixo na ESP para todos os cursos, tem curso que tem duração de algum tempo, depois eles não
32 acontece mais, ai tem outro curso diferente por exemplo, o técnico de radiologia. Eu teria que ter,
33 na Escola de Saúde Pública, um especialista da área para dar um curso, depois esse curso acaba,
34 como é que eu fico com esse profissional contratado ? Para dar especificidade são necessários
35 profissionais com especialidade na área, por isso é impossível ter um corpo docente fixo para dar
36 conta de toda gama. Em seguida, **a técnica da Escola de Saúde Pública Ana Carolina destacou**:
37 a ESP tem um Conselho Escolar que acompanha as ações de todos aqueles casos que fogem da
38 governabilidade do professor, tudo é encaminhado ao Conselho Escolar. Existe uma equipe que faz
39 a capacitação pedagógica. O fluxo desse trabalho passa pelos colegiados regionais e pactuados em
40 CIB. Na sequência, **a conselheira Lilian destacou**: no ano de 2007, foi aprovada a capacitação de
41 conselheiros, onde a Escola de Saúde Pública ministra essa capacitação. A comissão tem o papel de
42 acompanhar diretamente todo trabalho dessas capacitações. A capacitação de Ouvidoria e Secretaria



SUS

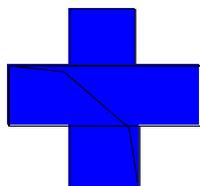
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

43 Executiva teve uma inércia um pouco parada. Diante disso e sabendo que os recursos vieram da
44 portaria 112, que é recurso federal, essa comissão tem o papel de acompanhar todas as ações
45 envolvidas a essas capacitações. Disse também: ficamos chateados quando houve o remanejamento
46 dos recursos e nem ao menos foi comunicado a essa comissão, eleita pelo pleno. Gostaria de saber
47 se esses editais simplificados tem prazo e como fica a situação dos docentes selecionados para
48 capacitação ? Na sequência, **o conselheiro José Alves fez o seu questionamento e indagou** se
49 existe algum contingenciamento nos recursos da escola, se existe alguma falta de autorização para
50 execução do que está planejado na escola, se existe algum curso sofrendo prejuízo por não empenho
51 dos custos desse referido curso? indagou também: se as escolhas desses cursos nascem muito mais
52 por um apontamento dos indicadores em uma tentativa de solucionar os problemas de saúde através
53 da capacitação de RH, ou se essas escolhas estão sendo mais por empoderamento de alguns
54 trabalhadores que tem influência, ou por causas outras que desconhecemos ? Em seguida, **a**
55 **conselheira Aparecida Amorim destacou:** 90 dias atrás eu me dirigi a secretaria do CES e
56 solicitei que a secretaria enviasse a ESP um ofício perguntando sobre o andamento do curso de
57 capacitação dos conselheiros e agentes sociais que nós havíamos iniciados e como conselheira, por
58 força da lei, o curso de capacitação tem que ser ministrado por conselheiros, mesmo sendo um curso
59 direcionado para conselheiros e professores, obedecendo todos os critérios colocados pela Escola de
60 Saúde Pública, obedecendo o princípio de fazer um curso de capacitação dentro de uma
61 metodologia específica a qual a ESP direcione seus trabalhos. Na sequência, **a conselheira**
62 **Aparecida Amorim fez um encaminhamento:** disse que há uma desconsideração com este
63 Conselho, foi solicitado junto a ESP através de memorando sobre a situação das capacitações e até
64 hoje não foi respondido. Propôs ainda que, o Conselho informe através de ofício ao Conselho
65 Nacional de Saúde sobre o que está acontecendo com o recurso federal no nosso Estado. Em
66 seguida, **a conselheira Conceição, representando a gestão** responde aos questionamentos: com
67 relação ao surgimento dos cursos, como são definidos, a ESP tem todo um planejamento baseado
68 nos indicadores e de acordo com as necessidades dos municípios, discutindo com a CIES regional.
69 Disse ainda que nesse período de troca de direção da ESP, o Secretário de Estado quis conhecer
70 todo trabalho realizado na ESP e poder focar o recurso que vem do Ministério através das portarias
71 para a educação permanente, tudo isso está sendo realizado. Na sequência, o Presidente passou a
72 fala para a técnica Ana Carolina fazer os esclarecimentos. **A Sra. Ana Carolina** disse: que o
73 processo seletivo dos alunos foi de total responsabilidade da Universidade Federal da Bahia. Para a
74 Escola de Saúde Pública compete o acompanhamento e suporte administrativo. O mestrado da
75 Bahia é profissional, há o que temos com a UFMT é acadêmico. Com relação a capacitação de
76 conselheiros sugerimos o amadurecimento da discussão em outro momento, pois realmente o edital
77 está vencido e temos que fazer outro chamamento, já foi falado isso com o secretário e ele entendeu
78 a situação. Na sequência, **a conselheira Marivanda destacou:** “Fico muito preocupada quando
79 colocamos a responsabilidade da não realização de alguma coisa porque mudou a gestão. A gestão
80 pode ter mudado, mas o PPA não mudou não, pois foi planejado anteriormente independente da
81 gestão que estivesse, de quem estaria sentado na cadeira da secretaria. É desrespeito total com os
82 técnicos quando eu não executo cursos programados. Estou preocupada e trago aqui o lamento de
83 uma equipe técnica que começou um curso de capacitação de humanização e esse curso foi pausado
84 no primeiro módulo, por não ter condição de recursos de continuidade dele. Quando colocamos uma



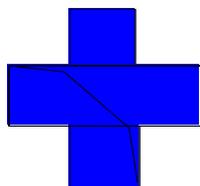
SUS Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

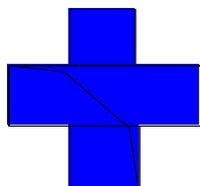
85 Organização Social para dar conta do nosso recado que não damos e ela também não deu conta. Por
86 que essa OS não deu conta da capacitação dos conselheiros, se ela tinha autonomia para fazer, por
87 que não deu conta ?” Em seguida, **o conselheiro Bazan destacou**: disse que acha muito interessante
88 quando a Escola de Saúde Pública inclui na história do SUS, os programas de formação técnica e
89 também do controle social. Como a ESP está com os núcleos de educação no Estado? Como está
90 funcionando o Comitê de Ética da ESP? Na sequência, **o conselheiro João Dourado destacou**: tem
91 uma política de governo com interesse de sucatear a Escola de Saúde Pública, para jogar a formação
92 dos trabalhadores para uma Organização Social, ou nós enfrentamos de vez a política que está ai, ou
93 o sucateamento da ESP vai ser executado. Disse também: por isso concordo que tenhamos que fazer
94 relatório apontando tudo isso que está acontecendo no Estado de Mato Grosso, encaminhar para o
95 Ministério da Saúde, para o CES e Ministério Público Federal, justamente por causa do recurso
96 federal envolvido. Em seguida, **a ouvidora Edna destacou**: na 5º Conferência houve um
97 movimento em defesa a Escola de Saúde Pública, talvez devemos fazer esse movimento nesta
98 Conferência, pois a ESP precisa ser fortalecida. Estamos realizando um projeto de capacitação de
99 ouvidores desde 1995, quando não existia portaria do Ministério da Saúde, recurso federal. Hoje
100 temos recurso federal, foi passado por esse Conselho à aprovação desse projeto, o edital de
101 aprovação, aprovação do recurso e a comissão para trabalhar isso. Demos autonomia para a ESP e
102 hoje vivemos nos humilhando, pois não conseguimos caminhar com o projeto. Na sequência, **o**
103 **Presidente** passou a fala para que as técnicas fizessem os esclarecimentos. Em seguida, **a**
104 **conselheira Conceição, representando o governo disse**: que é inegável a importância da ESP para
105 a Saúde e a importância que é qualificar os profissionais da saúde. Com relação ao curso de
106 humanização, Conceição esclarece que é um curso por módulo, que vai ser retomado e são
107 executados com o recurso da fonte 112, alguns cursos foram adiados, mas serão retomados. Em
108 relação ao curso de capacitação de conselheiros, o Secretário pediu para analisar o curso de
109 capacitação e também de outros cursos, a Sra. Marta mostrou para o Secretário toda grade
110 curricular, mostrando toda importância o edital de seleção será lançado novamente e isso será
111 detalhado ao Conselho. O recurso esta na conta e só poderá ser usado para isso. Em relação ao
112 Comitê de Ética e Pesquisa relatou desconhecimento, mas se propôs a verificar. Na sequência, **o**
113 **conselheiro Edvande fez o seguinte encaminhamento**: a Escola de Saúde Pública concentrasse os
114 cursos na área de gestão pública e gestão hospitalar. O encaminhamento proposto foi aprovado com
115 17 votos favoráveis e 5 abstenções. Em seguida, **o conselheiro Ângelo fez o seguinte**
116 **encaminhamento**: disse que o conselho fizesse um questionário do que foi abordado e enviasse
117 para a Escola de Saúde Pública responder em um determinado tempo. O encaminhamento proposto
118 foi aprovado com 21 votos favoráveis e 1 abstenção. Na sequência, **a conselheira Aparecida**
119 **Amorim fez o seguinte encaminhamento**: proponho que façamos um documento informando o
120 Conselho Nacional de Saúde sobre o que está acontecendo com o recurso federal no nosso Estado.
121 O encaminhamento proposto foi aprovado com 15 votos favoráveis e 7 votos contrários. Em
122 seguida, **O Presidente** deu início à próxima pauta. **Pauta – 3.2 Apresentação sobre realização da**
123 **7º Conferência Estadual de Saúde**, apresentada pela conselheira Leila Boabaid. A conselheira
124 Leila Boabaid destacou: o momento está chegando, vamos ter que participar efetivamente da 7ª
125 Conferência Estadual de Saúde, onde é o momento da participação de todos nas avaliações de todas
126 as questões do SUS. A estruturação da Conferência está pronta, conseguimos preparar todos os





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

127 materiais para essa Conferência. Disse também: que a Gerência de Transporte está montando toda a
128 logística do evento, para garantir o traslado dos nossos delegados. Em seguida, **a conselheira**
129 **Aparecida Amorim destacou:** Márcia e Antônio tinham pedido para sair, gostaria de saber a
130 comissão foi recomposta ou eles mantiveram o nome ? **Na sequência, o conselheiro Orlando**
131 **destacou:** queria lembrar a todos da situação nas notas de repúdio que nós andamos recebendo,
132 diante do descaso da Saúde Pública no Estado, principalmente a forma que o Estado tem tratado a
133 Saúde. **Em seguida, o conselheiro Bazan destacou:** estamos tendo problemas a nível de município.
134 Alguns municípios não elegeram usuários e trabalhadores, alguns municípios elegeram governo e
135 prestadores de serviço juntos, isso não pode. Disse também: gostaria de uma autorização desse
136 conselho para legitimar o suplente como titular, pois a vaga é para 2 conselheiros usuários. As
137 fichas de inscrição não batem, geralmente no segmento. Em seguida, **o conselheiro Edvande**
138 **destacou:** o Conselho Nacional está enviando o Sr. Dalmo de Oliveira e mais 3 pessoas para fazer
139 parte da relatoria. A minha sugestão para a Comissão Organizadora é que pudesse criar um
140 diagnóstico de pesquisa interno para saber o perfil dos nossos delegados e participantes da 7º
141 Conferência Estadual de Saúde, que fizesse uma divulgação na TV, fazendo esse chamativo para
142 essa Conferência. Na sequência, **o conselheiro João Dourado destacou:** a Conferência é de
143 controle social e o controle social vai se mobilizar, vai ser uma Conferência revolucionária pois não
144 pode continuar como está. Tem que se disparar um comunicado dizendo que a Conferência vai
145 acontecer e que os municípios tem que mandar seus delegados paritariamente. Em seguida, **o**
146 **conselheiro Antonio Cordeiro destacou:** parabeniza toda comissão organizadora pela organização
147 do evento. Em seguida, **a conselheira Leila destacou:** fez esclarecimentos e disse que a realização
148 da Conferência já foi divulgada para os municípios, pela Secretaria Geral do CES/MT. Na
149 sequência, **o conselheiro Orlando propôs:** manter a paridade do regimento da Conferência e que a
150 Comissão organizadora faça os devidos encaminhamentos. Em seguida, não havendo
151 encaminhamentos , **o Presidente** passou para o próximo ponto de pauta. **Pauta – 3.3**
152 **Apresentação, discussão e encaminhamentos sobre a solicitação do Ministério Público.**
153 **Auditoria no Hospital Regional de Cáceres setor de oncologia e CRIDAC,** apresentada pelo
154 conselheiro João Dourado. O conselheiro **João Dourado destacou:** o Ministério Público
155 encaminhou para o CES esse ano em junho, pedindo explicação ao CES sobre o que ele fez, que
156 atitude ele tomou em relação ao Hospital Regional na ala de oncologia. Antes disso a auditoria e a
157 vigilância sanitária estiveram lá na ala de oncologia e fizeram um relatório. Diante disso a comissão
158 de monitoramento eu e a Dra. Rosane estivemos no município de Cáceres e dialogamos com o
159 Conselho Municipal, depois fomos visitar a unidade de oncologia e a unidade do CRIDAC. Diante
160 ao relatório da auditoria, apontamos no relatório da comissão alguns apontamentos feitos pela
161 auditoria e do que nós identificamos lá, a unidade foi construída com ementa parlamentar, a unidade
162 de oncologia foi passada para a unidade chamada ONCOMED e pelo o que analisamos, estavam em
163 desconformidades. Diante disso, além de não ter o alvará sanitário, a vigilância sanitária solicitou o
164 fechamento da unidade. Hoje essa unidade está servindo de almoxarifado, tem equipamentos lá
165 dentro caríssimos, que estão parados e abandonados. Disse também: diante disso nós comunicamos
166 a presença do Conselho Municipal, do Ministério Público e do consórcio intermunicipal.
167 Identificamos uma aberração no financiamento de um recurso público federal que mais uma vez foi
168 aplicado de maneira errada. Com relação ao CRIDAC, inaugurou uma unidade sem estar totalmente



SUS

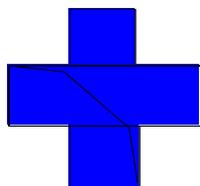
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

169 adequada para atendimento e também está abandonada, servindo de almoxarifado. Diante disso, nós
170 precisamos comunicar o Ministério Público, sobre a posição do CES. No meu ponto de vista, mais
171 uma vez o Estado de MT aplicou erroneamente o recurso público federal em uma região que tem
172 demandas de oncologia, as condições não foram suficientes para atender a população. Em seguida,
173 **o Auditor Eliberto disse:** em 28/07/2010, nós recebemos uma demanda do ministério público,
174 onde solicitava que fizéssemos uma auditoria no Centro de Oncologia de Cáceres, sendo que o
175 objetivo era sanar as denúncias que foram feitas. A equipe técnica constatou que o centro de
176 oncologia funcionava através de um contrato feito entre o consórcio intermunicipal de saúde com a
177 ONCOMED. Disse também: nós percebemos que os serviços aos pacientes estavam sendo
178 realizados, porém com algumas deficiências, por exemplo, a ausência de um médico no período
179 integral no serviço. Na sequência, **a conselheira Conceição disse:** essa unidade foi construída e era
180 um objeto de ementa para atender a população da região oeste. Na época foi feito convênio através
181 do consórcio para contratação da ONCOMED. Fizemos várias reuniões com a ONCOMED, para
182 ver se ela conseguia um profissional para morar na região ou que pudesse trazer um profissional de
183 fora, para que nós pudéssemos cumprir a proposta. Disse também: diante de todas essas
184 negociações, culminou na visita da vigilância sanitária e um dos pontos mais críticos, foi a não
185 presença do médico oncologista lá. Em seguida, **o conselheiro Orlando destacou:** os 80 mil reais a
186 ONCOMED recebeu, mas ela não deu resposta para todo convênio que foi assinado? Na sequência,
187 **a conselheira Conceição destacou:** em relação ao convênio, ela fez um contrato com o consórcio,
188 então a prestação dela está no consórcio. Durante os meses que os pacientes foram atendidos, foram
189 feitos os valores equivalentes a tabela SUS. Em seguida, **o auditor Eliberto disse:** com relação a
190 prestação de contas, cabe ao consórcio intermunicipal de saúde, exercer esse papel, até porque ele
191 presta conta ao tribunal de contas do Estado. Porém, a análise técnica da equipe é que os 80 mil
192 reais repassados a ONCOMED atendeu em partes, pois o serviço foi de certa forma executado. Na
193 sequência, **o conselheiro Carlos destacou:** como é que um médico ficará 24 horas interruptas a
194 disposição do paciente ? Está provado mais uma vez, que precisamos de concurso público. Gostaria
195 de colocar, que o salário de um médico na Saúde é excelente e com o plano de carreira aprovado
196 hoje na assembléia, vai melhorar mais ainda. Em seguida, **a conselheira Antônia passa a fala dela**
197 **para a conselheira de Cáceres Roselma, que destacou:** infelizmente nós viemos essa realidade
198 em Cáceres, enquanto tem pessoas precisando de vagas para serem internadas, temos essas duas
199 unidades com esses problemas. Em questão da auditoria, eu li várias vezes e além de conselheira
200 sou jornalista, tentei escrever uma matéria, chamei alguns colegas para falar sobre o assunto e
201 chegamos a mesma conclusão, que está faltando alguma coisa na auditoria. Além disso, não foi
202 feito um estudo para ver se tinha ou não viabilidade, que é uma exigência do ministério público da
203 saúde. Disse também: viemos aqui para pedir a vocês que vão lá, cobrem e lutem. Na semana
204 retrasada quando o secretário esteve lá, perguntei a ele o que iria ser feito no centro de oncologia e
205 ele me respondeu que a solução está nas OS. Esse é mais um desabafo, ficamos revoltados com a
206 situação, pois temos um conselho de saúde, temos estrutura e pessoas morrendo lá por falta de leito,
207 pessoas com infecção hospitalar sem leito, enquanto estruturas formadas sem ninguém fazer nada.
208 Então CES, reveja o posicionamento das OS, veja o posicionamento que estão tomando aqui dentro.
209 Na sequência, **o conselheiro João Sutero destacou:** quando a vigilância sanitária constatou que
210 havia irregularidade e quando o ministério público solicitou que o CES fizesse fazer uma visita “in



SUS

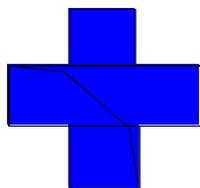
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

211 locu” e verificasse as condições, já que foi modificado tem que encaminhar para o ministério
212 público que a vigilância interditou, e o que está acontecendo em Cáceres, esta acontecendo em
213 outros municípios. O CES não pode ficar omissa, tem mesmo é que encaminhar para o ministério
214 público, para que fosse feito as averiguações. Em seguida, **o conselho Ângelo destacou:** se tem
215 dúvidas sobre a auditoria, perguntas sobre a auditoria, primeiramente acharia melhor que fosse
216 esclarecida essa questão da auditoria. Uma coisa é Hospital, outra coisa é CRIDAC, então não
217 podemos misturar uma coisa com a outra. Disse também: que não se sente contemplado com
218 relação ao CRIDAC. É fundamental que o Conselho Municipal de Saúde, mande um ofício com o
219 que foi decidido no plenário e que esclareça esse assunto para nós. Na sequência, **a conselheira**
220 **Zuleide destacou:** relatou o que está sendo apresentado é muito sério, estão inaugurando as coisas
221 sem passar pelo Conselho e só depois a vigilância comparece, o Conselho tem que verificar isso,
222 Zuleide destacou ainda a importância da realização do Concurso Público na área da saúde. Em
223 seguida, **a conselheira Marivanda destacou:** o atropelamento técnico por desejo político, está cada
224 vez mais normal. O detalhe de uma portaria inviabiliza muita coisa, mas o técnico tem
225 conhecimento sim, porém ele jamais é consultado, pois ele sempre irá contra o desejo político. Essa
226 portaria inviabiliza sim dentro de uma questão normativa que deveria ser pensada e planejada para
227 que isso não acontecesse. Na sequência, **a conselheira Márcia destacou:** disse que pediu uma
228 auditoria independente inclusive da gestão para fazer um serviço técnico que subsidiasse, não só a
229 gestão mais também os movimentos e conselheiros, para que fizessem um enfrentamento das
230 Mazelas que naquele período eram feitas na gestão da saúde de Mato Grosso. Disse também: temos
231 que ser bastante solidários com o pessoal de Cáceres. Sabemos que não é só Cáceres que está com
232 problemas, vários municípios estão nessa situação. Em seguida, **o conselheiro José Alves**
233 **destacou:** conselheiro que não é pauta, é pautado o tempo todo. Nós sermos motivados por uma
234 demanda do Ministério Público, o que agente fez? Aqui no CES, às vezes, tem-se uma dificuldade
235 em se decidir sobre ofertar denúncia ao Ministério Público, em pedir investigação, acho que nosso
236 papel é esse sim e não devemos exitar. Temos um caos na Saúde e o CES está contribuindo para
237 isso, à medida que não oferece resistência a esse caos. Na sequência, **a Assessora Jurídica Dra.**
238 **Rosane disse:** tivemos uma reunião no município de Cáceres com o Conselho, para tratarmos do
239 Relatório de Auditoria do SUS encaminhado pelo Ministério Público, que chegou no Conselho pela
240 própria auditoria. Entregamos a cópia ao Conselho Municipal e fizemos a leitura dos quesitos da
241 auditoria, os conselheiros aproveitaram a reunião e levantou a situação atual do CRIDAC. Na
242 reunião com os conselheiros foi deliberado por uma visita ao Hospital Regional de Cáceres, com
243 alguns membros do Conselho Municipal e do Conselho Estadual. Chegando ao hospital foi detectado
244 que o centro de oncologia estava fechado, e conforme o relatório de auditoria do SUS estava
245 fechado por recomendação da vigilância sanitária. Informei aos Conselheiros Municipais que o
246 Ministério Público tem a cópia de tudo, tanto em relação ao relatório de auditoria, quanto a
247 fiscalização da vigilância sanitária. O Ministério Público sabe de tudo que foi feito no centro de
248 oncologia. Disse também: fomos no CRIDAC, e constatamos que também estava fechado e servido
249 de almoxarifado para o hospital regional; o Sr. Jonas nos informou que o centro de reabilitação foi
250 inaugurado em 19/09/2010, à verba foi de uma emenda parlamentar. Seriam dois projetos, duas
251 etapas, sendo que a primeira etapa, foi concluída, e por isso que a obra já foi entregue e inaugurada.
252 Porém, para que seja liberada essa segunda parte, precisaria concluir a primeira, por isso entregou



SUS

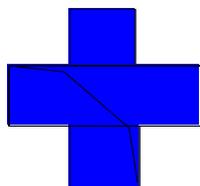
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

253 parcialmente, foi essa a informação do Sr. Jonas. Com relação ao Ministério Público, seria
254 interessante que nós fossemos no município informar para que os conselheiros, sempre que se
255 constatar alguma coisa, tentar um diálogo com a gestão, não havendo êxito encaminhar ao
256 Ministério Público. Em seguida, **o auditor Eliberto destacou:** a portaria que disciplina a instalação
257 do serviço de oncologia a nível de Brasil, é a portaria 741 de Dezembro de 2005. Essa portaria de
258 instalação disciplina quais são os parâmetros de serviços dessa natureza. No dia 05/12/2008, houve
259 por parte da Secretaria de Saúde, um parecer favorável à implantação de serviço. Disse também:
260 que houve um parecer técnico operacional no dia 26/04/2011, opinando pela aprovação da prestação
261 de contas junto ao consórcio. Na sequência, **a conselheira Conceição destacou:** o relatório de
262 auditoria está farto em detalhes e informações. A SES tem feito todos os esforços para resolver a
263 situação, com relação aos consórcios intermunicipais de Saúde, eles são de pessoas jurídicas com
264 permissão para trabalhar como opção complementar, eles recebem uma contrapartida de cada
265 município como cota através de portaria. Disse também: com relação ao CRIDAC, foi um trabalho
266 com uma emenda parlamentar em duas etapas. Em seguida, **o conselheiro João Dourado**
267 **destacou:** a auditoria apontou casos graves, algumas recomendações foram feitas. O que me deixa
268 preocupado e triste, é o prejuízo que aquela comunidade, daquela região teve. Disse também: cabe a
269 esse conselho dizer ao Ministério Público que se responsabilize para com esses entes. Na sequência,
270 **o Presidente** deu início aos encaminhamentos. Em seguida, **o conselheiro Carlos Eiliert**
271 **propõem:** que deva informar o Ministério Público sobre os problemas e que ele tome as
272 providências cabíveis. Na sequência, **o conselheiro Ângelo propõem:** que se inclua o Tribunal de
273 Contas e o Conselho Municipal de Cáceres. Em seguida, **a conselheira Marivanda propõem:**
274 reunir novamente com o conselheiro João Dourado e as seguintes comissões: Comissão
275 Ambulatorial, Controle Interno da SES, Comissão de Monitoramento, Auditoria e melhorar o
276 parecer final sobre o assunto, apresentando na reunião ordinária de novembro. Na sequência, o
277 presidente colocou em aprovação a referida proposta, que foi aprovada com 20 votos a favor,
278 nenhum voto contrário e 2 abstenções. Não havendo mais tempo hábil para continuar a reunião, **o**
279 **Presidente** passa o restante das pautas para a próxima reunião ordinária de novembro e passa para
280 os informes finais. 1º informe: o conselheiro João Suter fez uma solicitação de Pauta, onde o
281 Estado trouxesse para o Conselho a situação do repasse aos consórcios. 2º informe: o conselheiro
282 Carlos Eiliert disse que na quinta feira, acontece o simpósio da Sociedade Brasileira de Cardiologia
283 no Estado de Mato Grosso. Também na quinta, será dado um curso sobre hipertensão Arterial, custo
284 geral será de R\$ 75,00 e será realizado no Centro de Eventos do Pantanal. 3º informe: a conselheira
285 Zuleide disse que a Chapa 02 ganhou as eleições do Sindicato. Hoje as 10 horas da manhã foi
286 aprovado, na assembleia legislativa, o PCCS, por unanimidade e hoje mesmo foi encaminhado a
287 sanção do governador. Após os informes finais e não havendo nada mais a ser deliberado pelo
288 Pleno, a reunião foi encerrada pelo Presidente às dezoito horas, após lida e achada conforme, a
289 presente Ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo **Vice Presidente, o Sr. Carlos Alberto**
290 **Eilert**, pelo Secretário Executivo, **Ivan Utsch Seba** e pelos demais Conselheiros presentes: **Maria**
291 **Conceição Encarnação Villa (Poder Executivo); Leila Maria Boabaid Levi (SES); Edite**
292 **Eunice de Souza (SES); Valmi Simão de Lima (SEMA); Ângelo Falcão de Figueiredo**
293 **(UFMT); Cássio de Mello Campos (FUNASA); Mázena Salah El Din Farah (Entidades**
294 **Filantrópicas); Aparecida Clestiane da Costa S. V. Amorim (COSEMS); Maria Aparecida**



SUS

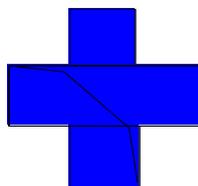
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

295 **Amorim Fernandes (CRP); Jucélia Clara Nunes de Souza (CRESS); Carlos Alberto Eilert**
296 **(ED. Física); José Alves Martins (CREFITO); Marivanda Inês Rodrigues Pereira Eilert**
297 **(CRMV); Roberta Freitas (CRF); Zuleide Pulcherio Klein (SISMA); José Carlos bazan**
298 **(ADERCO); Lucimar Brito de Palmas (ECO-3); Orlando Francisco (SINTEP); Edvande**
299 **Pinto de França (Movimento de Raças); Regiane Corrêa de Oliveira (MOPS); Márcia de**
300 **Campos (MOPS); Márcia Regina Gomes Pereira (NEOM); João Luiz Dourado (CUT); Ruth**
301 **Neia Magny Soares (AMDE); Antônia Lúcia Ribeiro (FEMAB); João Suter dos Santos Filho**
302 **(SINDIMENÉRIO); Antônio Cordeiro Sobral (Assoc. Portadores de Patologias).**



SUS

Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342